

O ESTADO DO TOCANTINS NO *RANKING* DA ESCRAVIDÃO POR DÍVIDA

Juliana Lopes do Nascimento
Alberto Pereira Lopes



O ESTADO DO TOCANTINS NO *RANKING* DA ESCRAVIDÃO POR DÍVIDA

THE STATE OF TOCANTINS IN *RANKING* SLAVERY DEBT

RESUMO

No Brasil, estima-se que, anualmente, cerca de 25 a 40 mil trabalhadores se encontrem em situação de trabalho semelhante ao de escravo, segundo números da CPT e OIT. Uma das modalidades da escravidão atual mais identificada no estado do Tocantins é a servidão por dívida. No estado a CPT, CDHA e a Repórter Brasil são as instituições não governamentais mais atuantes na luta contra a escravidão por dívida. Na idealização desta pesquisa foram realizadas leituras de obras dos autores: LOPES (2009), CPT (2011), SENADO (2011), OIT (2005), MARTINS (1999), (1986) e AMADO (1996). Além disso, entrevistamos membros e representantes da CPT, CDHA, MTE e Repórter Brasil, levantamos dados que possibilitaram a construção e análise de gráficos e quadro. Por fim, visitamos o assentamento Luar do Sertão em Ananás (TO), formado com trabalhadores resgatados da servidão. Portanto, essas instituições desenvolvem um trabalho de grande relevância no Tocantins, sobretudo pela atuação em diversas áreas como denúncia, projeto de inclusão, banco de dados, medidas preventivas etc. Mas, ainda há muitos casos de trabalhadores em condições semelhantes a de escravos no Tocantins e, por isso, necessitamos de um trabalho em conjunto entre sociedade civil, instituições sociais e Estado para combater a escravidão contemporânea.

Palavras-Chave: Instituições não governamentais; Escravidão por dívida; Tocantins.

O ESTADO DO TOCANTINS NO *RANKING* DA ESCRAVIDÃO POR DÍVIDA

Juliana Lopes do Nascimento
Alberto Pereira Lopes

ABSTRACT

In Brazil there's a yearly estimate that twenty five to forty thousand workers, can be found in situations similar to that of a slave, according CPT and OIT data. One of the more common modalities of modern day slavery in the state of, Tocantins is service debt. In state, the non-governmental institutions that fight for these rights the most are CPT, CDHA and Reporter Brasil. Over the course of the research that was done for this cause, works of literature regarding the theme of contemporary slavery were read out loud, while we interviewed members of the institutions studied for this research project. Other than the gathering of data that made the construction of this analysis possible with graphic and chart contents. We visited the settlement of Tocantins named luar do sertão, located in the township of Ananás. Which was established by workers that are today free of said slavery. Therefore, the institutions in this study, created some very relevant work in Tocantins. Although, there are still some in the work force who face very similar work conditions of that of slaves in the state of Tocantins, that's why we need a partnership with a civil society, the state and its citizens to combat contemporary slavery.

Key words: indebted slavery; non-governmental institutions; Tocantins

INTRODUÇÃO

Atualmente, é possível encontrar formas análogas ao trabalho escravo em diversas partes do mundo. Em território brasileiro, o reconhecimento da existência dessa prática ocorreu somente no ano de 1995. No Brasil, não há informações exatas quanto ao número de trabalhadores em circunstâncias de mão de obra semelhante à escrava. Porém, segundo a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT), estima-se que haja, a cada ano, de 25 a 40 mil trabalhadores em situação de escravidão no país.

O estudo torna-se de grande relevância, pois, das modalidades de trabalho escravo contemporâneo presente no país, uma das mais identificadas no Tocantins, é a escravidão por dívida que, segundo o Ministério Público do Trabalho (2011), consiste no endividamento do empregado pelo empregador com a cobrança de dívidas indevidas. Na servidão por dívida o trabalhador é induzido a se endividar com o empregador e,

O ESTADO DO TOCANTINS NO RANKING DA ESCRAVIDÃO POR DÍVIDA

Juliana Lopes do Nascimento

Alberto Pereira Lopes

assim, o patrão faz do débito o impedimento para que o mesmo não abandone o local de trabalho.

O endividamento do trabalhador inicia-se antes mesmo da chegada ao local de destino, pois lhe é cobrado o valor das despesas desde sua contratação até ao local de trabalho. Inclui-se, nesses gastos, os referentes a alimentação, pousadas (onde permanecem a espera do serviço), transporte ou mesmo adiantamento de parte do salário para que o trabalhador deixe para sua família. A quitação dessas dívidas e, conseqüentemente, a libertação do trabalhador, é quase impossível, pois além das dívidas contraídas antes de chegar ao local de trabalho, durante a prestação do serviço e o superfaturamento dos produtos comprados do fazendeiro pelo trabalhador, a remuneração que saldaria esses débitos não é paga ou paga-se fora dos prazos legais, e em valores inferiores ao acordado como pagamento.

O presente estudo tem por objetivo verificar a atual situação do estado do Tocantins, no contexto da escravidão por dívida, discutindo o que tem sido realizado para combater as situações de trabalho, semelhante ao de escravo, em território tocantinense, apresentando, ainda, ações desenvolvidas por instituições não governamentais, que tem contribuído na luta contra a escravidão contemporânea.

No desenvolvimento desse estudo, o embasamos por meio de leituras de autores como: Lopes (2009), Senado (2011), CPT (2011), OIT (2005), Martins (1999), (1986) e Amado (1996). Ainda, realizamos entrevistas com membros e representantes das instituições objeto do estudo, coleta de dados e a construção de gráficos para melhor representação das informações obtidas durante a pesquisa. Por fim, visitamos o Assentamento Luar do Sertão, localizado no município de Ananás (TO), no qual foi possível verificar alguns dos resultados do projeto de inclusão desenvolvido, por meio do CDHA e da Pastoral da Terra, com trabalhadores resgatados da prática de servidão.

O artigo encontra-se estruturado da seguinte forma: Primeiramente, apresentamos a atual situação do estado do Tocantins, dentro do contexto da escravidão

O ESTADO DO TOCANTINS NO *RANKING* DA ESCRAVIDÃO POR DÍVIDA

Juliana Lopes do Nascimento

Alberto Pereira Lopes

por dívida no país; depois, realizamos breve abordagem sobre o desafio de se combater a escravidão contemporânea e os mecanismos já existentes que visam contribuir na luta contra a servidão no Brasil; por fim, discorreremos sobre a atuação das instituições não governamentais: Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Centro de Direitos Humanos de Araguaína (CDHA) e a ONG Repórter Brasil.

ESCRAVIDÃO POR DÍVIDA NO ESTADO DO TOCANTINS

Localizado na região norte do Brasil, o Tocantins é o estado mais jovem da Federação. Uma das principais atividades econômicas no estado é a agropecuária, sobretudo a pecuária de corte, e é nesse cenário que se constitui uma prática abominável cada vez mais forte em solo tocantinense, o trabalho escravo por dívida.

No Tocantins, a região onde a prática de trabalho semelhante ao escravo é frequentemente encontrada, é no extremo norte do estado, área conhecida como *Bico do Papagaio* (**Figura 1**), formada por 25 municípios.

Figura 1: Localização do “Bico do Papagaio”

O ESTADO DO TOCANTINS NO *RANKING* DA ESCRAVIDÃO POR DÍVIDA

Juliana Lopes do Nascimento
Alberto Pereira Lopes



Fonte: <http://pt.wikipedia.org> / Org. AUTOR (2013)

O Bico do Papagaio é uma região em que se encontra uma vasta extensão de terras adequadas para a agricultura e pecuária. Com isso, há grande disputa pela posse da terra, causando vários conflitos envolvendo grandes fazendeiros e posseiros na região.

Atualmente, os números referentes ao trabalho escravo por dívida no estado, são cada vez mais alarmantes. É forte a presença de trabalhadores escravizados em fazendas da região, onde perdem a liberdade, sofrem com o trabalho degradante e a violência, sendo difíceis de serem resgatados e devolvidos a sociedade.

De acordo com a CPT (2011), no Tocantins as atividades para as quais os trabalhadores são recrutados para trabalhar são: roço de pastagens, carvoaria, lavoura de

O ESTADO DO TOCANTINS NO RANKING DA ESCRAVIDÃO POR DÍVIDA

Juliana Lopes do Nascimento

Alberto Pereira Lopes

soja e/ou de eucalipto e, também, serviços gerais como, por exemplo, tratorista e vaqueiro.

A CPT (2011), ainda afirma que o estado do Tocantins é origem e destino para o trabalho escravo por dívida. Do estado migram trabalhadores para empreitadas nos estados do Pará, Mato Grosso, Goiás e São Paulo. E é destino de trabalhadores advindos principalmente do Maranhão, Piauí e Bahia. Nesse contexto, vale ressaltar que muitos desses trabalhadores encontrados em situação de trabalho semelhante ao de escravo, em sua maioria, são do próprio estado, de regiões próximas às fazendas, aos locais de trabalho.

Tabela 1: Casos de trabalho escravo por município no Tocantins (2003-2010)

Município	Casos Identificados	Trabalhadores Envolvidos
Ananás	21	659
Araguaína	20	179
Arapoema	11	371
Colinas do Tocantins	11	111
Xambioá	9	169
Campos Lindos	8	123
Bandeirantes do Tocantins	6	111
Palmeirante	6	67
Axixá do Tocantins	5	81
Colméia	5	56
Darcinópolis	5	143
Pau d'Arco	5	86
Recursolândia	5	159
Riachinho	5	55
Santa Fé do Araguaia	5	73

O ESTADO DO TOCANTINS NO RANKING DA ESCRAVIDÃO POR DÍVIDA

Juliana Lopes do Nascimento

Alberto Pereira Lopes

Wanderlândia	5	30
TOTAL	132	2473

Fonte: <http://www.cptnacional.org.br> / Org.: AUTOR (2014)

Por meio de dados disponibilizados pela CPT, referente aos anos de 2003 a 2010 (**Tabela 1**), constata-se que nesse período de 7 anos, foram identificados casos semelhantes ao de trabalho escravo em território tocantinenses, com 2.473 trabalhadores envolvidos, um número bastante expressivo que desperta nossa atenção para essa prática da servidão que deve ser combatida. E os municípios com maior número de casos identificados de trabalho escravo no *ranking* da escravidão no Tocantins, estão: Ananás (21), Araguaína (20), Arapoema (11), Colinas do Tocantins (11), Xambioá (9), Campos Lindos (8), Bandeirantes do Tocantins (6) e Palmeirante (6).

Tabela 2: Casos de trabalho escravo no estado do Tocantins

Por ano	Casos	Fiscalização	Envolvidos	Libertados
2003	22	20	719	391
2004	43	23	847	545
2005	40	29	848	318
2006	36	20	657	455
2007	21	14	570	91
2008	16	13	238	78
2009	18	11	648	353
2010	15	9	186	102
2011	22	12	256	108
2012	22	18	360	321
2013	14	8	178	84
TOTAL	269	177	5507	2846

Fonte: <http://www.cptnacional.org.br> / Org. AUTOR (2014)

No Tocantins, no período compreendido entre os anos de 2003 a 2010 (**Tabela 2**), foram identificados 269 casos de situações análogas ao de trabalho escravo, e desses

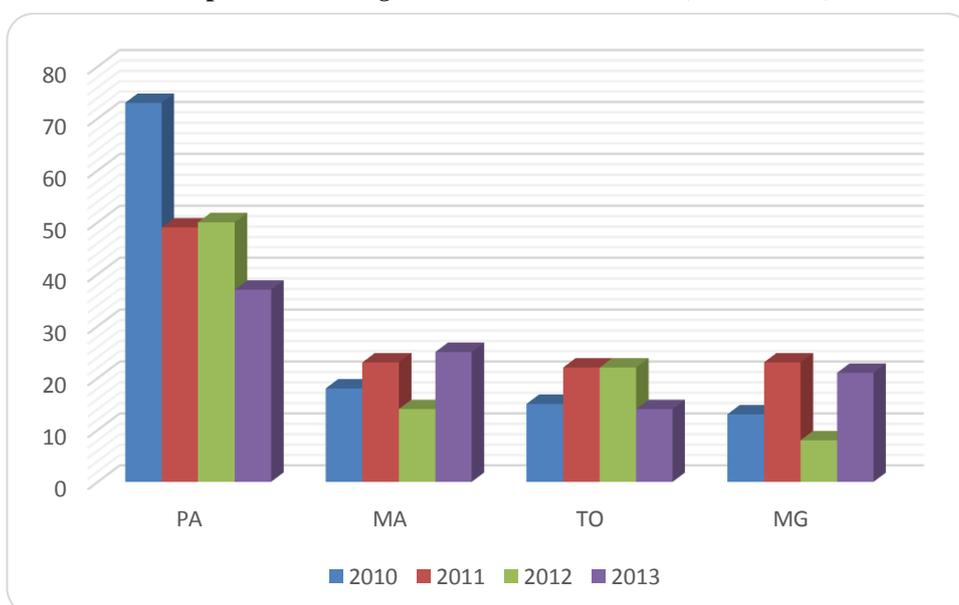
O ESTADO DO TOCANTINS NO *RANKING* DA ESCRAVIDÃO POR DÍVIDA

Juliana Lopes do Nascimento

Alberto Pereira Lopes

apenas 177 foram fiscalizados. Essas denúncias envolveram 5.507 trabalhadores sendo que apenas 2.846 pessoas foram resgatadas. Aqueles que não são resgatados, e como podemos verificar pelos dados apresentados na tabela, é um número muito significativo, são pessoas que decidem permanecer nos locais de serviço, mediante acordo firmado entre Ministério do Trabalho e empregadores para que esses trabalhadores continuem no trabalho, mas com dignidade, tratados com respeito, sem que haja violação das leis trabalhistas, e sobretudo aos direitos humanos.

Gráfico 1: Campões no *Ranking* da Escravidão no Brasil (2010 – 2013)



Fonte: <http://www.cptnacional.org.br/> / Org.: AUTOR (2014)

O Tocantins é um dos estados brasileiros campões no *ranking* da escravidão contemporânea, e se mantém há alguns anos seguidamente entre os quatro primeiros com os maiores índices de casos identificados de servidão. No período compreendido entre 2010 a 2013 (**Gráfico 1**), por exemplo, destacam-se os seguintes estados, com os

O ESTADO DO TOCANTINS NO RANKING DA ESCRAVIDÃO POR DÍVIDA

Juliana Lopes do Nascimento

Alberto Pereira Lopes

respectivos números de incidências: Pará (209), Maranhão (80), Tocantins (73) e Minas Gerais (65).

O DESAFIO DE COMBATER A ESCRAVIDÃO CONTEMPORÂNEA

No Brasil existem leis para a redução de pessoas em situação de trabalho semelhante ao escravo, entretanto, o termo “condições análogas à de escravo” deixa algumas lacunas para a impunidade, e muitos empregadores se utilizam dessas brechas para evitar uma condenação. Assim, conforme o artigo 149 do Código Penal Brasileiro, expressa que:

Reduzir alguém à condição análoga à de escravo, quer submetendo a trabalhos forçados ou a jornadas exaustivas, quer sujeitando a condições degradantes de trabalho, quer restringindo por qualquer meio a sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto. Pena: reclusão de 2 a 8 anos e multa, além da pena correspondente à violência. (BRASIL, 2003, p.9)

A OIT (2005, p.46), aponta que “o desafio do Brasil é complementar seus louváveis esforços no cumprimento da Lei contra a impunidade, com estratégias eficazes de prevenção e reabilitação”. Já ocorreram algumas conquistas no combate a tal prática, porém, é necessário que a Lei seja realmente cumprida e que verdadeiramente haja a punição dos infratores.

É importante destacar o discurso de parlamentares tocantinenses em afirmar que não existe trabalho escravo no estado do Tocantins. No entanto, alguns parentes de políticos tocantinenses e, até mesmo, os próprios, já foram flagrados com mão de obra escrava em suas fazendas, tanto no território tocantinense quanto em estados vizinhos, e alguns já tiveram seus nomes incluídos na chamada “lista suja” de fazendeiros que utilizaram esse método criminoso. Esse fator é decisivo no combate a servidão por dívida no estado, pois são esses representantes do povo que deveriam pensar em mecanismos para erradicar essa prática, mas, permanece o interesse de cada político e

O ESTADO DO TOCANTINS NO RANKING DA ESCRAVIDÃO POR DÍVIDA

Juliana Lopes do Nascimento

Alberto Pereira Lopes

dos grandes fazendeiros, contra o interesse coletivo, da população tocantinense. Lembrando que esses parlamentares são chamados de “representantes do povo”, mas não é isso que realmente acontece.

Em 01 julho de 2014, na chamada “lista suja” do trabalho escravo, mantida pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), constavam 36 ocorrências de trabalho análogo ao da escravidão com o envolvimento de empregadores tocantinenses, sendo estes autuados com mão de obra escrava em fazendas e/ou empresas.

No estado do Tocantins foi criado a COETRAE (Comissão Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo), que é vinculada à Secretaria de Cidadania e Justiça, e conta com a participação da Sociedade Civil como, por exemplo, a Comissão Pastoral da Terra. Essa criação foi relevante para o combate da servidão por dívida no estado, contudo, ainda é insuficiente, pois a COETRAE/TO atua apenas quando é pressionada pelas instituições não governamentais. Mas, o reconhecimento da realidade do problema e a comissão como um meio de luta contra essa prática já é um início para a erradicação.

ATUAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS NO TOCANTINS

As instituições não governamentais realizam um trabalho de suma importância no combate ao trabalho escravo por dívida no Estado do Tocantins. Dentre elas, destacam-se os trabalhos da Comissão Pastoral da Terra (CPT), ONG Repórter Brasil e do Centro de Direitos Humanos de Araguaína (CDHA).

A ONG Repórter Brasil possui uma linha de atuação voltada à informação, desconstrução do discurso da não existência de trabalho escravo em território tocantinense, uma fala que é tão reproduzida por políticos do Estado. A ONG possui forte atuação no Tocantins por meio do programa *Escravo, Nem Pensar*, criado em 2004, para combater a escravidão por meio da educação. E é através desse programa

O ESTADO DO TOCANTINS NO RANKING DA ESCRAVIDÃO POR DÍVIDA

Juliana Lopes do Nascimento

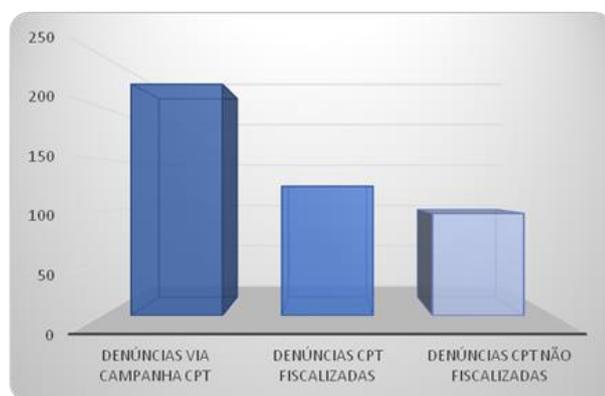
Alberto Pereira Lopes

que a organização atua nos municípios com maiores índices de escravidão, informando aos trabalhadores sobre a existência de tal prática, seus direitos e para quem devem denunciar.

Outro relevante trabalho tem sido realizado pela Comissão Pastoral da Terra, uma instituição não governamental, que tem como uma das frentes de atuação o recebimento de denúncias. Vale ressaltar que os trabalhadores têm uma relação de confiança com a instituição, algo primordial para a efetivação dessas denúncias. Um dos métodos de atuação é a existência da campanha permanente de atuação nacional, denominada *De Olho Aberto Para Não Virar Escravo*. Essa campanha objetiva erradicar a escravidão contemporânea em nosso país, e é por meio dela que advém um grande número de denúncias recebidas pela própria pastoral.

A partir dos dados coletados e analisados (**Gráfico 2**), constata-se que, no período de 2010 a 2013, as denúncias realizadas por meio da campanha da CPT, no país, chegam a um total de 222 casos. Desses, apenas 124 foram fiscalizados e 98 denúncias não tiveram nenhuma fiscalização. Pelos números apresentados, percebe-se a forte contribuição da atuação da CPT em termos de denúncias.

Gráfico 2: Denúncias via campanha da CPT no Brasil



Fonte:

<http://www.cptnacional.org.br> / Org.:
AUTOR. Fevereiro de 2014.

Percebe-se, ainda, que muitas dessas denúncias não são fiscalizadas, e essa ausência de fiscalização pode ser explicada pelo quantitativo de fiscais do Ministério do

O ESTADO DO TOCANTINS NO RANKING DA ESCRAVIDÃO POR DÍVIDA

Juliana Lopes do Nascimento

Alberto Pereira Lopes

Trabalho e Emprego. No Tocantins, um estado formado por 139 municípios, o trabalho escravo é cada vez mais preocupante e, segundo dados do MTE, referentes até o período de janeiro de 2014, são apenas 31 auditores fiscais do trabalho para toda a região tocaninense.

Outro trabalho atualmente destacado, contra a escravidão contemporânea, é o realizado pelo Centro de Direitos Humanos de Araguaína, uma entidade não governamental, que se preocupa com as circunstâncias de desrespeito à dignidade humana. A instituição acompanha os trabalhadores vítimas da servidão, informando-os quanto aos seus direitos. No Tocantins, destaca-se uma importante atuação do CDHA, de 2006 a 2010 realizando o projeto *Trilhas da Liberdade*, no qual era feito o atendimento a trabalhadores vítimas da escravidão, bem como o encaminhamento de denúncia ao MTE e o acompanhamento desses trabalhadores resgatados do trabalho escravo.

Por meio de entrevista realizada com o Frei Xavier Plassat (membro da CPT, regional do Tocantins e coordenador da Campanha Nacional de Prevenção e Combate ao Trabalho Escravo), foi possível constatar a existência de uma metodologia, em forma de banco de dados, referente às denúncias e fiscalizações de casos de servidão no Brasil.

A coleta e o processamento desses dados são realizados por Plassat, na CPT de Araguaína (TO). Durante a entrevista com o mesmo, Plassat indicou que a composição desse banco de dados ocorre da seguinte forma: são coletadas informações junto ao Ministério do Trabalho e Emprego (através do registro de seguro-desemprego, no qual são incluídos todos os trabalhadores resgatados das condições análogas à de trabalho escravo no país). Portanto, a partir dessa base de informação, mantida pelo MTE, e de todas as denúncias recebidas pela CPT, é elaborada uma planilha em *Excel* onde é registrado sistematicamente cada caso, apontando informações como: quem realizou a denúncia, município e estado em que foi identificado o caso, nome da fazenda, nome do proprietário, ano, quando foi fiscalizado, quantas pessoas foram libertadas, ramo de

O ESTADO DO TOCANTINS NO RANKING DA ESCRAVIDÃO POR DÍVIDA

Juliana Lopes do Nascimento
Alberto Pereira Lopes

atividade, dentre outras informações.

A partir dessa planilha, produzida pela CPT, com todos os casos identificados de trabalho escravo, em território brasileiro, é que são produzidas as sínteses estatísticas preliminares e anual, que são disponibilizadas no portal da própria instituição (<http://www.cptnacional.org.br/>). Vale ressaltar, ainda, que os indicadores da escravidão por dívida no Brasil, são referentes ao ano 2000 até os dias atuais. Nota-se que as informações referentes ao período de 1995 a 2000 são inconclusivas, e não refletem a realidade dos números, devido as instituições estarem iniciando o trabalho de tabulação de dados.

No Tocantins, no período compreendido entre os anos de 2006 a 2013, foram realizadas diversas medidas preventivas por meio do fundo de apoio a projetos do programa *Escravo, nem pensar*. Foram realizados 27 trabalhos, sendo eles: 19 projetos comunitários, 01 concurso da abolição e 07 formações de lideranças e educadores/oficinas. Por meio do banco de dados mantido pela CPT, são escolhidos os municípios para o desenvolvimento dos projetos, sendo prioridade os locais onde há maior incidência de casos de trabalho análogo ao de escravo.

Um dos maiores desafios no combate ao trabalho escravo por dívida, é evitar que os trabalhadores resgatados voltem à reincidência, pois são muitos os trabalhadores que vivem desse tipo de trabalho, como afirma em entrevista, Frei Xavier Plassat:

Trabalhador depois de resgatado retornou a escravidão (...). Tem muitos trabalhadores cuja vida é uma sucessão de empregos desse tipo, então a probabilidade maior é que pelo menos 2 em cada 3 trabalhadores volte a trabalhar em circunstâncias que são parecidas. (F. X. P., entrevista em Nov. 2012)

Nesse sentido, como apontado pelo entrevistado, é forte a reincidência dentro da prática de servidão. Daí, surge a necessidade da realização de projetos de inclusão de trabalhadores resgatados, para evitar que voltem à escravidão. No estado do Tocantins,

O ESTADO DO TOCANTINS NO *RANKING* DA ESCRAVIDÃO POR DÍVIDA

Juliana Lopes do Nascimento

Alberto Pereira Lopes

uma das mais relevantes contribuições da atuação da CPT, em parceria com o CDHA, foi a realização de um projeto de inclusão de trabalhadores regatados das condições de servidão.

O projeto foi realizado em Ananás (TO), um dos municípios com maior incidência de trabalhadores envolvidos em condições de trabalho análogo ao de escravidão, e procurou trabalhar com famílias resgatadas do trabalho escravo, onde se estabeleceu a construção de uma horta comunitária, como apresentado na (**Figura 2**), na qual a produção servia para o sustento das famílias e o excedente era comercializado na cidade.

Figura 2: Projeto de Horta Comunitária desenvolvida pelo CDHA/CPT, em Ananás (TO)



Fonte: Escravidão por dívida no norte do estado do Tocantins / Autor: ORIENTADOR. Jun. 2008.

Tal importância do projeto desenvolvido em Ananás é apresentado por Lopes, quando revela que:

A pequena experiência do CDHA mostra o quanto é importante inserir o trabalhador vítima da opressão em trabalhos alternativos, um trabalhador que tem sido alvo de práticas abusivas por proprietários de terras. O projeto do

O ESTADO DO TOCANTINS NO *RANKING* DA ESCRAVIDÃO POR DÍVIDA

Juliana Lopes do Nascimento

Alberto Pereira Lopes

CDHA serve de exemplo para que as autoridades vejam a reforma agrária como uma solução para extinguir a cadeia da escravidão. (LOPES, 2009, p. 261)

Logo, como apresentado pelo autor, além da distribuição de terra, é necessário que o governo proporcione a esses trabalhadores condições para que estes permaneçam em suas terras.

Hoje, muitas das famílias participantes do projeto do CDHA estão assentadas no P. A. Luar do Sertão, localizado na zona rural do município de Ananás (TO). Em entrevista, os trabalhadores ali residentes explicaram como é gratificante trabalhar na própria terra, produzir uma lavoura em seu próprio terreno (**Figura 3**). Produzem, para consumo familiar como farinha (**Figura 4**), arroz, mandioca, amendoim, além de terem criação de animais, como galinha. O excedente da produção é comercializado na cidade.

Figura 3: Plantação de um dos trabalhadores



Autora: AUTOR. Julho de 2014.

Figura 4: Local para fabricação de farinha



Autora: AUTOR. Julho de 2014.

Portanto, esse projeto contribuiu com o surgimento do assentamento e com a inclusão social desses trabalhadores, para que não voltassem às fazendas a procura de trabalho, evitando que fossem escravizados novamente.

O ESTADO DO TOCANTINS NO RANKING DA ESCRAVIDÃO POR DÍVIDA

Juliana Lopes do Nascimento

Alberto Pereira Lopes

Por meio de entrevistas realizadas com agentes da Comissão Pastoral da Terra (regional Araguaia – Tocantins), foi possível encontrar alguns avanços e retrocessos no combate ao trabalho escravo por dívida no estado. Os avanços identificados, sobretudo por meio do trabalho realizado pela CPT, primeiro, foi conseguir que o Estado reconhecesse a realidade do problema. Segundo, adotar meios de luta, que no Tocantins foi a criação da COETRAE/TO e, posteriormente, realizar algumas políticas públicas, mas ainda insuficientes. Sobre a atuação do Governo do Tocantins, Frei Xavier Plassat revela que:

O Estado tem realizado algumas coisas, o Estado através de um Plano Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo [...] vez em quando realiza alguma coisa, mas pouquíssimas, já o fato de ter assumido um plano é um avanço. (F. X. P., entrevista em Nov. 2012.)

Nesse caso, a Sociedade Civil tem um trabalho importante, que é pressionar o Estado para que tome as medidas necessárias ao combate do trabalho escravo contemporâneo. Assim, para os agentes da Pastoral da Terra, o retrocesso na luta contra a escravidão por dívida encontra-se enraizado na escolha dos representantes políticos. Os membros da CPT apontam como vergonhoso a população tocantinense continuar elegendo parlamentares que negam a existência de condições de trabalhos semelhantes ao de escravo, pois, não há como buscar soluções para combater um problema se a classe política estadual defender um discurso de negação da existência do mesmo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo mostrou a atual situação do estado do Tocantins, dentro das práticas de escravidão contemporânea, e o trabalho desenvolvido por instituições não governamentais. Assim, como aqui apresentado, o Estado brasileiro, conforme reconhecido pela Organização Internacional do Trabalho, já desenvolveu vários mecanismos relevantes ao combate a servidão como, por exemplo, a chamada “lista suja” – que é o cadastro de empregadores flagrados com mão de obra análoga a escrava

O ESTADO DO TOCANTINS NO RANKING DA ESCRAVIDÃO POR DÍVIDA

Juliana Lopes do Nascimento

Alberto Pereira Lopes

– do trabalho escravo, o artigo 149 do Código Penal Brasileiro que proíbe no país a redução de pessoas a situações semelhantes à de escravo, dentre outros projetos relevantes a prevenção e combate a servidão.

Mas, apesar de todos os mecanismos já existentes, temos muito o que evoluir no combate a essa prática pois, por exemplo, o quantitativo de auditores fiscais do MTE ainda é pequeno, se comparado aos índices de denúncias no Estado do Tocantins. Assim, o número de fiscais do trabalho reflete na quantidade de denúncias com ausência de fiscalização, como expressa este estudo, uma boa parte das denúncias efetivadas por intermédio da CPT não são fiscalizadas. Vale ressaltar, que os auditores fiscais são contratados por meio de concurso público federal, portanto, mais uma vez o Estado brasileiro possui o dever de contribuir no combate a servidão com a realização de mais concursos e com o aumento de vagas para a área.

Assim, como apresentado neste estudo, verifica-se a relevante contribuição das instituições não governamentais na luta contra a escravidão por dívida no estado do Tocantins. A CPT, o CDHA e a ONG Repórter Brasil, são as instituições mais atuantes no Tocantins, com seus projetos “De olho aberto para não virar escravo”, “Trilhas da Liberdade” e o programa “Escravo, Nem Pensar”, respectivamente. Tais programas apresentaram importantes resultados que podem servir de exemplo a ser expandido para todo o país, como o caso da horta comunitária que deu origem ao assentamento Luar do Sertão, em Ananás (TO), que mostra o quanto é importante se pensar em reforma agrária no Brasil. Verifica-se, ainda, que o desenvolvimento de projetos de inclusão torna-se de extrema relevância, visto que uma grande parcela dos trabalhadores resgatados da servidão, desamparados pelo Estado, voltam a ser escravos contemporâneos.

Diante do trabalho desenvolvido pelas instituições não governamentais, objeto de análise deste estudo, conforme apresentado por membros da Pastoral da Terra, ainda há retrocesso na luta contra a servidão. Portanto, devemos fazer nossa parte na luta

O ESTADO DO TOCANTINS NO RANKING DA ESCRAVIDÃO POR DÍVIDA

Juliana Lopes do Nascimento

Alberto Pereira Lopes

contra essa prática e escolher melhor os nossos representantes políticos, pois eleger parlamentares que defendem a não existência de práticas análogas à de trabalho escravo, em território tocantinense e no Brasil, é um retrocesso. Não há como pensar em projetos para lutar contra a servidão, se negarmos a existência do problema. Assumir sua existência é o primeiro passo para, por fim, caminhar para a erradicação da escravidão contemporânea.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Código Penal**; Código de Processo Penal; Constituição Federal. São Paulo: RIDEEZ. 2003.

Cadastro de empregadores “Lista Suja” – Portaria Interministerial nº 02 de 12 de maio de 2011. Atualização semestral em 1 de julho de 2014. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A47594D0401485C4C487B572E/CADASTRO%20DE%20EMPREGADORES%20ATUALIZA%C3%87%C3%83O%20Extraordin%C3%A1ria%20de%2009-09-2014.pdf>. Acesso em: 22 de agosto de 2014.

CPT, Comissão Pastoral da Terra. **Dossiê do Trabalho Escravo no Tocantins**. Setembro de 2011

Estatística do Trabalho Escravo no Brasil. Campanha CPT - T.E. dezembro, 2013. Disponível em: <http://www.cptnacional.org.br/> acesso em: 21 de janeiro de 2015.

LOPES, Alberto Pereira. **Araguaína-TO, uma cidade da nova fronteira agrícola: o lugar do recrutamento dos trabalhadores para prática do trabalho escravo**. XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária, São Paulo, 2009, pp. 1-15.

LOPES, Alberto Pereira. **Escravidão por dívida no norte do estado do Tocantins: vidas e destinos fora do compasso**. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade Federal de São Paulo - USP, 2009.

MPT, Ministério Público do Trabalho. **Cartilha: O Trabalho Escravo está mais próximo do que você imagina**. 2011

MTE - Ministério do Trabalho e Emprego. **Relação de Auditores Fiscais do Trabalho no Brasil** - janeiro 2014. Disponível em: http://portal.mte.gov.br/fisca_trab/relacao-de-

O ESTADO DO TOCANTINS NO *RANKING* DA ESCRAVIDÃO POR DÍVIDA

Juliana Lopes do Nascimento

Alberto Pereira Lopes

auditores-fiscais-do-trabalho.htm. Acesso em: 10 de fevereiro de 2014.

OIT, Organização Internacional do Trabalho. **Uma Aliança Global Contra o Trabalho Forçado**: Relatório Global do Seguimento da Declaração da OIT sobre Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho 2005.

ONG, Repórter Brasil. **Experiências Comunitárias de Combate à Escravidão**. 2011. Disponível em: <http://www.escravonempensar.org.br/biblioteca/cartilha-experiencias-comunitarias-de-combate-a-escravidao-2011/> Acesso em: 12 de agosto de 2014.

PLASSAT, Frei Xavier. **Comissão Pastoral da Terra (CPT)**. Araguaína-TO. Novembro, 2012. Entrevista concedida a Juliana L. do Nascimento.